

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v21i38.1153>

“HÁ MUITA TERRA AÍ...” – CORREDORES DE CRESCIMENTO AGRÁRIO E A (RE) PRODUÇÃO DE VAZIOS: uma reflexão a partir do Corredor de Nacala¹

“THERE'S A LOT OF LAND THERE...” - AGRICULTURAL GROWTH CORRIDORS AND THE (RE) PRODUCTION OF VOIDS: a reflection on the Nacala Corridor

“IL Y A BEAUCOUP DE TERRES ICI...” - CORRIDORS DE CROISSANCE AGRICOLE ET (RE)PRODUCTION DE VIDES: une réflexion sur le Corridor de Nacala

HÉLIO BENTO MAÚNGUE

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5231-3418>

Doutor em Sociologia e Ciência Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Centro de Estudos Africanos/Universidade Eduardo Mondlane (CEA/UEM)

Maputo – Moçambique

helio.b.maungue@uem.ac.mz

Resumo: Esta pesquisa adota uma perspectiva teórica que articula os processos de transformação social, desenvolvimento rural e agrícola com a ideia dos Corredores de Crescimento Agrícola (CCA) para compreender os processos sociais no Corredor de Nacala. É qualitativa e ligada à abordagem de orientação participativa. No país, a ideia dos corredores, como corredores de transporte, é antiga, evoluíram para Corredores de Desenvolvimento e vêm se transformando em CCA. Objetivamos compreender as dinâmicas sociais e produtivas de associações de pequenos produtores e como elas se articulam com esta estratégia de desenvolvimento. A estratégia destaca a existência de vastas terras agricultáveis, mas subexploradas e/ou “vazias”. Apontam-nas como aptas para implementação de investimentos sem uma reflexão sobre as diversas formas de uso e dos modos de vida que possibilitam para quem habita no entorno, com suas formas tradicionais de uso e da importância para as dinâmicas produtivas presentes e futuras.

Palavras-chave: Corredores de crescimento agrícola. Terra. Vazios.

Abstract: This research is based on a theoretical perspective that articulates the processes of social transformation, rural and agricultural development with the idea of Agricultural Growth Corridors (AGC) in order to understand the social processes taking place in the Nacala Corridor. It is a qualitative research, related to a participatory approach. In the country, this idea of corridors such transport corridors is an old one. They have grown into Development Corridors and have been transformed into AGCs. We aimed to understand the social and productive dynamics of small producers' associations and how they articulate with this development strategy. This strategy emphasizes the existence of vast arable lands, but under-exploited and/or void. They are appointed as suitable for investment without reflecting on the various forms of use and the ways of life they enable for those who live in their surroundings, with their traditional forms of use and their importance for present and future productive dynamics.

Keywords: Agricultural growth corridors. Land. Voids.

Résumé: Cette recherche est basée sur une perspective théorique qui articule les processus de transformation sociale, le développement rural et agricole avec l'idée des Corridors de Croissance Agricole (CCA) afin de comprendre les processus sociaux qui se déroulent dans le Corridor de Nacala. Elle est qualitative et liée à une approche participative. Dans le pays, l'idée des couloirs de transport est ancienne, ils ont évolué en couloirs de développement et ont été transformés en AGC. Nous avons

¹ Artigo submetido à avaliação em fevereiro de 2024 e aprovado para publicação em junho de 2024.

cherché à comprendre les dynamiques sociales et productives des associations de petits producteurs et la manière dont elles s'articulent avec cette stratégie de développement. Le récit souligne l'existence de vastes terres arables, mais sous-exploitées et/ou "vides". Ils les désignent comme propices à l'investissement sans réfléchir aux différentes formes d'utilisation et aux modes de vie qu'elles permettent à ceux qui vivent dans leur environnement, avec leurs formes traditionnelles d'utilisation et leur importance pour les dynamiques productives présentes et futures.

Mots clés: Corridors de croissance agricole. Terres. Vides.

Introdução

Moçambique está em processo de consolidação de suas estruturas democráticas, do seu tecido socioeconômico e de promoção do desenvolvimento socioeconômico. Nas últimas décadas, o país assistiu à descoberta e exploração de recursos naturais, acompanhadas de certo entusiasmo quanto à sua contribuição na melhoria dos índices de crescimento e desenvolvimento. Apesar dessa descoberta, o país ainda não consegue que o principal ramo de atividade e de emprego, a agricultura, cumpra a função de promover uma transformação social que se reflita na melhoria das condições de vida da população.

A importância e a necessidade de uma transformação agrícola são características da África. Aliado a isso, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Mundial (BM) publicaram, em 2009, um estudo fazendo um prospecto sobre a agricultura comercial na savana da Guiné, que abrange 25 países, incluindo Moçambique, com um potencial de terra para cultivo de 400 milhões de hectares, dos quais alega-se que somente 10% se encontram em uso, corporificando o despertar de um gigante africano adormecido (The World Bank, 2009). Na questão de atração pelas terras, segundo o Movimento Mundial Pelas Florestas Tropicais/*World Rain Forest Movement* (WRM) (2018), Moçambique tem sido, nos últimos 10 anos, o destino de vários investimentos de diferentes ramos para a aquisição de terras aráveis e não só: para o desenvolvimento do agronegócio, plantações de monoculturas arbóreas, mineração, entre outros, sem, no entanto, pontuar como essas terras são e estão a ser utilizadas pelas comunidades locais, bem como quais são as vantagens e benefícios diretos para essas comunidades.

Em vista da transformação agrícola no continente, a União Africana (UA) criou, em 2001, a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África/*New Partnership for Africa's Development* (NEPAD), que, em 2007, adotou os Corredores de Desenvolvimento (CD) como estratégia de desenvolvimento, principalmente na África Subsaariana. Os CD funcionam como mecanismos primordiais para promover e atrair investimento privado e negócios, na expectativa de que estes catalisem a transformação agrícola, possibilitem a exportação de

recursos naturais e promovam a integração regional (Byiers, Molina e Engel, 2016; Garcia e Kato, 2020; Laurance *et al.*, 2015).

A crise de alimentos de 2008 afetou, severamente, o continente, causou várias respostas, incluindo *land grabbing* (expropriação ou usurpação de terras) e opiniões sobre a importância da agricultura, fato que levou à proposta de criação, pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2008, do conceito de Corredores Africanos de Crescimento Agrícola/*African Agricultural Growth Corridor* (AAGC). No mesmo ano, o Fórum Econômico Mundial analisou a proposta do AAGC e anunciou um compromisso ativo com a questão, sendo que o objetivo dos AAGC é transformar a agricultura tradicional em moderna e comercialmente viável, fornecendo infraestruturas de transporte, como portos, estradas, ferrovias, irrigação e solicitando o investimento de empresas privadas em terras agrícolas no continente (Ikegami, 2015).

Nesse sentido, os CD ganham destaque nos planos de desenvolvimento de Moçambique. A iniciativa e foco em CD não é algo novo no país, tendo sido, no tempo colonial, um catalisador para o desenvolvimento e investidas comerciais do colonialismo português, uma vez que a vantajosa localização geográfica do país permitia e permite aos países vizinhos, do *hinterland*², uma ligação com o resto do mundo através dos portos nacionais. Mas, para Fonseca (2003), um conjunto de fatores geoestratégicos, dos quais se incluem os corredores, conduziram para que o país, enquanto colônia, tivesse um tipo de desenvolvimento econômico assente em pilares regionais e em prioridades do colonizador.

Na lógica dos CCA, Gonçalves (2020) e Kato (2019) destacam que, no país, desde 2010, o Banco Mundial e o governo de Moçambique, pelo Ministério da Economia e Finanças (MEF), implementam a estratégia de desenvolvimento por meio de Polos de Crescimento Integrado (PCI), centrada na seleção de sub-regiões dos corredores para serem potencializadas, com o objetivo de melhorar o emprego rural e as economias do entorno dos mesmos. Nesse sentido, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA), 2011-2020, identifica seis corredores para sua implementação, distribuídos pelas três macrorregiões do país: **norte**: Corredor Pemba-Lichinga e Corredor de Nacala; **centro**: Corredor da Beira e Corredor do Vale do Zambeze; e **sul**: Corredor de Maputo e Corredor de Limpopo.

A região do Corredor de Nacala (CdN), foco desta reflexão, ocupa um lugar especial nos planos e estratégias de desenvolvimento do país, uma vez que permite, além do

² Países sem litoral.

escoamento da mercadoria do *hinterland*, mas também a logística da mineração do carvão e da produção agrícola. Esse corredor permite a convergência de vários atores (públicos e privados), atuantes local e globalmente.

A área compreende uma extensão de mais de 700 km, constituída por terra arável com chuvas regulares, solos férteis e com elevado potencial para expandir a produção agrícola (Aragão, 2017; Kato, 2019). No entanto, dos seis corredores destacados pelo PEDSA, o CdN abrange regiões mais pobres, extensas, populosas e tem sido alvo de interesses do capital internacional e privado por conta das suas condições agrogeológicas, terras férteis consideradas “vazias” e subexploradas tanto pelo Estado como pelo capital privado e internacional, sendo que a questão da extração mineira e o desenvolvimento agrícola fazem com que o CdN seja o principal e promissor projeto de desenvolvimento no norte do país, algo que a academia deve acompanhar como se processa.

Com este texto procuramos compreender os processos sociais que nos permitem vislumbrar a transformação social estimulada no Corredor de Nacala, apreendendo os impactos nas dinâmicas sociais e produtivas de associações de pequenos produtores, bem como elas se articulam com essa estratégia de desenvolvimento. Especificamente, procuramos identificar as possíveis articulações entre a ideia de “vazios” e as práticas sociais locais, de pequenos agricultores associados, no que concerne ao uso e ao trabalho da terra.

Metodologicamente, a abordagem da pesquisa é qualitativa. Para a coleta de dados, usamos como técnicas a revisão de literatura, entrevistas semiestruturadas individuais e em grupos (em média três participantes das associações de pequenos produtores contatadas). No total, foram feitas 27 entrevistas, das quais 18 foram com associações, quatro (4) com funcionários públicos do setor agrícola e cinco (5) com movimentos sociais agrícolas/ONG's com foco no meio rural e agrícola. Foram gravadas em áudio e depois transcritas para uma análise de conteúdo e temática. Nas entrevistas, questões éticas de confidencialidade, anonimato, garantia de dignidade e integridade foram consideradas. Aqui, o pesquisador e os entrevistados assinaram um consentimento informado e cada um ficou com uma cópia. No consentimento, a questão de participação voluntária, o tempo da entrevista, o sigilo das informações, a ausência de custos, os riscos e os benefícios imediatos estão evidenciados.

Para realização do trabalho de campo e coleta de dados, três distritos da Província do Niassa foram visitados, nomeadamente Lichinga (capital da província) Mandimba e Cuamba. Devido à dimensão do Corredor de Nacala, ao extenso número de atores que nele operam e por questões logístico-financeiras, optamos por escolher essa província, a mais extensa do país e uma das mais “pobres”. Metodologicamente, adotamos um enfoque micro e

participativo, que priorizou ouvir os atores “menos privilegiados” nos processos de definição sobre o que é, como atingir, quais tipos, quais os intervenientes e atores-chave, entre outros, no processo de desenvolvimento. Por meio deles, assim, termos a compreensão das dimensões locais dos processos globais e analisar como os fatores socioculturais locais medeiam os efeitos das forças globalizantes, como são os corredores (Castles, 2002).

Este texto, além da introdução, apresenta uma breve contextualização do referencial analítico, que serve de base para a pesquisa, seguindo-se de como a ideia de corredores de crescimento agrário surge, e a sua adoção na África, para depois apresentarmos os corredores de desenvolvimento em Moçambique e a sua importância no país e na região. Depois discutimos a questão dos “vazios” e do acesso e o uso da terra em comunidades do Corredor de Nacala e, por fim, apresentamos algumas considerações finais.

Transformação social e desenvolvimento rural como referencial analítico

As mudanças globais e a crescente importância dos fluxos e redes transnacionais em todas as áreas da vida social criam novos desafios às ciências sociais e humanas. Conceitos analíticos como transformação social, mudança social, reprodução social, ordem social, revolução social, desenvolvimento (e seus vários desdobramentos, como por exemplo, desenvolvimento rural, agrícola, local, sustentável, etc.), entre outros, bem como as categorias que eles possibilitam, são elementos que fazem parte da trajetória passada e presente das Ciências Sociais, no geral, e da Sociologia, em particular, na compreensão das sociedades e dos vários fenômenos sociais a elas inerentes. Essa compreensão vai de fenômenos relacionados com conflitos armados, questões ambientais (cheias, secas, ciclones, etc.), crises econômicas e alimentares, fome, pobreza, etc., aos fenômenos relacionados às constantes mutações produzidas pela globalização, pela sociedade de consumo, pela sociedade de comunicação e informação, pelo desenvolvimento tecnológico, pela facilidade de transporte e comercialização, etc. (Sassen, 2016). Uma das importantes transformações, segundo Sassen (2016, p.17-18, grifo próprio):

É a transformação material de áreas cada vez maiores do globo em zonas extremas para operações econômicas cruciais. De um lado, assume a forma de uma terceirização global de manufaturas, serviços, trabalho administrativo, extração de órgãos humanos e aumento da produção de colheitas industriais, cada vez mais em áreas com baixos custos e regulamentação fraca. De outro lado, está a construção de cidades globais no mundo inteiro com espaços estratégicos para funções econômicas avançadas. Isso inclui cidades construídas de zero e a renovação muitas vezes brutal de cidades antigas. A rede de cidades globais funciona como uma nova geografia da centralidade,

que atravessa as velhas linhas divisórias Norte-Sul e Oriente-Occidente, assim como a rede de locais que oferecem bens e serviços terceirizados. [neste processo ocorre] uma espécie de denso cenário local que contém as diversas condições de que as firmas globais necessitam, embora cada uma o faça em etapas muito diferentes do processo econômico global [...].

Relacionados aos processos da globalização e do incremento das ligações transnacionais, bem como justificados com narrativas cuja pretensão é de melhorar a qualidade e facilitar a vida em sociedade, encontram-se a atual aposta e o investimento em Corredores de Desenvolvimento (CD) e a sua transformação em Corredores de Crescimento Agrário (CCA) na África Subsaariana, inclusive em Moçambique. Estes corredores, pelos processos que envolvem e pelos objetivos traçados, vêm provocando transformações sociais de várias ordens nos países e regiões nos quais estão a ser implementados. Ocorrem, então, transformações espaciais – transformação de regiões com várias potencialidades econômicas em Zonas Econômicas Especiais (ZEE), parques industriais, polos de desenvolvimento e/ou de crescimento, bem como CD e CCA (reabilitação e construção de infraestruturas como caminhos-de-ferro, portos, estradas, sistemas de irrigação, sistemas de armazenamento, etc.) – transformações nos processos de comercialização, transformações no tipo de empresas investidoras que vão se instalando, entre outros aspetos.

Para Castles (2002), transformação social implica o modo como a sociedade e a cultura se transformam em resposta a fatores como crescimento econômico, guerra, convulsões políticas, industrialização, modernização agrícola, alterações relacionadas à descolonização, formação dos Estados-Nação e mudanças nos sistemas econômicos, que induzem a processos de mudança social e estrutural (Santos, 2016), isto é, “grandes transformações” (Karl, 2000), provocadas pela industrialização, modernização e mudanças econômicas (Castles, 2002). Dessas transformações está o fato de que “[...] as diferentes regiões do globo estão agora mais estreitamente ligadas do que jamais estiveram, não só como campos de troca, do comércio e das comunicações, mas também enquanto a ideias e ideais interativos” (Sen, 2010, p. 9). Assim, estudar os processos do e no CCA de Nacala, como um processo de transformação social, é tomar essencialmente os fatores nacionais e locais, mas sem deixar de lado a presença e a influência de fatores transnacionais, visto que a presença destes se faz sentir desde cedo na idealização do mesmo. Ou seja, tomamos esse corredor como um processo de transformação da agricultura na região, bem como da transformação das condições de existência dos sujeitos aí residentes.

Todavia, é ao nível local que as transformações sociais e que a manifestação desse corredor se fazem ou farão sentir, como, por exemplo, alterações possíveis nos sistemas de produção e de distribuição, de acesso e de gestão da terra, as relações sociais e as práticas culturais, que transformam as condições das comunidades locais, que são o centro da vida cotidiana. Isso é algo válido quando as transformações sociais forçam pessoas a abandonarem suas comunidades para outros locais, por exemplo, “[...] quando se verificam mudanças nas práticas agrícolas ou nos regimes de propriedade, ou na sequência do desenvolvimento de um programa de desenvolvimento que pode implicar a deslocação física das pessoas” (Castles, 2002, p. 138). No entanto, essa população pode, supostamente, beneficiar-se de emprego, ter melhor acesso ao mercado, além de suas técnicas e práticas de cultivo melhoradas, bem como ter a pobreza rural reduzida. Como, também, pode ser pressionada e/ou correr riscos de abandono de suas terras para dar lugar aos investimentos, que dão corpo a esse desenvolvimento.

Assim, na proposta de transformação social no CCA de Nacala e das expectativas dos diferentes intervenientes,

O futuro objetivo é aquele que o observador deve postular para compreender a conduta atual dos sujeitos sociais, o que não significa que ele coloca na consciência dos sujeitos que observa a consciência que tem de sua consciência: com efeito, o futuro objetivo pode não ser um fim conscientemente perseguido pelos sujeitos e constituir, entretanto, o princípio objetivo de suas condutas, porque está inscrito na situação presente desses sujeitos e em seu *habitus*, objetivamente interiorizada, disposição permanente adquirida numa situação, sob a influência dessa situação (Bourdieu, 1979, p. 134).

Para as pretensões dessa reflexão, a transformação social, com vistas à melhoria das condições de vida e de produção e, em consequência, uma expectativa de um “futuro melhor” para as comunidades visadas, deve ser compreendida como parte de um processo que se deseja interativo entre Estado-sociedade, no qual as partes estão conscientes do desejado. Pretendemos destacar com a perspectiva analítica, aqui proposta, é que o rural e o modo de vida das pessoas que habitam os espaços rurais não são processos sociais absolutos e acabados, mas algo que se transforma. Nessa transformação social, os processos sociais globais, transnacionais, nacionais e locais dialogam entre si. Ou seja, como aponta Castles (2002), a noção de transformação social, pelo contrário, não supõe qualquer resultado pré-determinado, isto é, tampouco se trata de um processo positivo ou negativo *a priori*. Nesse sentido, ao estudarmos as transformações sociais do e no CCA de Nacala, como um processo

de adaptação às estruturas agrícolas e de produção, que são propostas na implementação do corredor, estamos cientes de que é preciso:

Tomar por objeto primeiro da análise o processo de adaptação das disposições e das ideologias a estruturas econômicas importadas e impostas, quer dizer, a reinvenção de um novo sistema de disposições, que se realiza sob a pressão da necessidade econômica [de desenvolver à agricultura moçambicana], não significa sucumbir nem ao subjetivismo psicologista que consistiria em considerar que as disposições dos sujeitos econômicos engendram a estrutura das relações objetivas, econômicas ou sociais, nem ao etnocentrismo essencialista (por vezes bastante associado ao subjetivismo) que tende a fazer do desejo de maximizar a utilidade ou a preferência ao princípio que governa toda atividade econômica (Bourdieu, 1979, p. 16, grifo próprio).

Portanto, são propostas de uma “sociologia das transformações agrárias”, a qual, em sua leitura, dialoga com as narrativas, o conceito e os objetivos assentes no estabelecimento dos CCA, bem como com o propósito de um desenvolvimento rural e agrário. Esse fato não se dá só pela necessidade da financeirização (investimentos e investidores estrangeiros, agências financiadoras ou “doadoras”) dos CCA, mas também pelo caráter além do nacional/regional dos projetos, o desejo de transformar a agricultura da região do corredor de tradicional em moderna e comercial (agronegócio e suas características) e a questão de apropriação e estrangeirização das terras, justificadas como “vazias” ao longo dos corredores. Ou seja, esses fatores provocam transformações nas dinâmicas sociais existentes e perpetuam a atuação de empresas multinacionais (*tradings*) agrícolas e de mineração, sendo a aquisição de terras umas das transformações (Leite, 2019).

Assim, em Moçambique, o estudo dos corredores de transporte é um mecanismo para o entendimento de como os mesmos se convertem em corredores de crescimento ou desenvolvimento e como estes se transformam em CCA, pois esse processo pressupõe arranjos espaciais, nas relações sociais da população e das atividades, ao longo dos eixos de circulação (Fonseca, 2003). Ou seja, as transformações dos corredores em CCA espelham “[...] processos de expansão do agronegócio, especialmente a construção de diferentes arranjos estabelecidos pelos setores público e privado no meio rural, as mudanças nos ‘códigos’ e no repertório de instrumentos para operar e validar esses processos” (Leite, 2019, p. 305). Mas como essas questões beneficiam os mais pobres, os desprovidos de maquinário, de técnicas e tecnologias agrícolas consideradas modernas? Como eles se encaixam nesse processo?

O que procuramos, neste tópico, são os diálogos possíveis entre a ideia de transformação social e a sua articulação com as ideias de desenvolvimento (rural) e dos corredores. Desse modo, entendemos que o desenvolvimento é um fenômeno e um processo que possibilita mudanças e transformações em Moçambique, sendo que os CD e os CCA são parte dos meios que podem possibilitar a manifestação desse processo. Contudo, assumindo que a pesquisa se centra em tópicos específicos inerentes ao Corredor de Nacala, temos presente que o processo de transformação social diz respeito a todos aspectos de existência social em todos os níveis espaciais. Por isso, como coloca Fonseca (2003), as questões a serem postas são que tipo de relação existe entre as redes de transportes e o desenvolvimento rural e agrícola, como se desenvolve e em que medida pode ser colocado no planejamento da transformação social em Moçambique.

A ideia dos corredores de crescimento agrário e sua aplicação no contexto africano

Países e regiões do hemisfério norte, denominados “desenvolvidos”, têm uma vasta experiência na implementação de iniciativas, como as dos Corredores. Todavia, a sua idealização e implementação é um fenômeno recente no hemisfério sul e, por conseguinte, relativamente pouco estudado, segundo Nogales (2014) e Smalley (2017). No entanto, para Stein e Kalina (2019), a ideia dos CD, como vias para concentrar investimento agrícola, tem sido apresentada como nova tendência na estratégia de promover o desenvolvimento rural no hemisfério sul. Como Iniciativas de Desenvolvimento Espacial, o continente africano adotou os Corredores de Crescimento Agrário (CCA), somente depois de 2007, atrelados aos discursos de que serão promovidos o desenvolvimento e a transformação das regiões visadas, via, entre outros aspectos, modernização agrícola. Essas regiões tendem a apresentar uma situação de sem recursos para fazer face à situação de pobreza e transformar as condições de vida da população desses lugares.

Stein e Kalina (2019) entendem que, embora muitas vezes considerados como uma invenção recente na era dos megaprojetos, os corredores são anteriores às tentativas acadêmicas de os descrever, sendo que a forma de como eles emergem nessas regiões do continente africano deve ser vista no âmbito de uma genealogia mais longa de desenvolvimento espacial, remetendo à exploração e ao controle dos territórios durante a colonização.

A ideia de CCA foi apresentada, pela primeira vez, pela gigante norueguesa de fertilizantes, a *YARA International*, no fórum do setor privado da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2008, em Nova Iorque, e também no Fórum Económico Mundial (FEM),

em Davos, a que se juntaram representantes da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a Corporação Financeira Internacional/*International Financial Corporation* (IFC) do Banco Mundial (BM), a Aliança para a Revolução Verde em África/*Alliance for a Green Revolution in Africa* (AGRA), a União Africana (UA), entre outros. Essas organizações também estabeleceram a Nova Aliança para Segurança alimentar e Nutricional/*New Alliance for Food Security and Nutrition* (NAFSN) em alinhamento com as propostas dos corredores. No mesmo ano, o ex-secretário geral da ONU, Koff Annan, apelou para uma Revolução Verde africana e encorajou a criação de novas parcerias para colocar fim à negligência a longo prazo da agricultura africana (Bergius, 2016; Nogales, 2014; Paul; Steinbrecher, 2013; Kaarhus, 2018).

Um dos discursos que acompanha a ideia e a implementação dos CCA é a existência de terra agricultável abundante, subutilizada e/ou “vazia”. Recentemente, a África Subsaariana tem sido alvo de aquisição de áreas de cultivo, para a produção em grande escala, em resposta à crise global de alimentos de 2008. Para Smalley (2017), os proponentes afirmam que os corredores apresentam tanto terras agrícolas de elevado potencial como grandes áreas de terras subutilizadas. Igualmente se destaca a existência de abundância de terras “vazias” e prontas para implementação de investimentos, sem uma reflexão sobre as diversas formas de uso e dos modos de vida que essas terras possibilitam. E a questão dos vazios é um dos argumentos sempre usado na transformação dos antigos corredores de transporte em CCA.

Na perspectiva de União Nacional dos Camponeses e GRAIN (2015), o resultado é que os pequenos produtores agropecuários em todo o continente estão sob pressão crescente de governos e empresas para abandonarem as suas terras e recursos hídricos. Mas, apesar da narrativa de transformar terras ociosas e subutilizadas em modernas empresas produtivas, agrícolas ou minerais, todas as áreas no interior dos novos CCA já estão ocupadas e utilizadas (Chome *et al.*, 2020) pela população residente nesses lugares.

Contudo, segundo Obenland (2014), o conceito de desenvolvimento por detrás da nova aliança do G8 se fundamenta num conceito simplista de ‘agricultura como negócio’, algo que ignora as realidades atuais da maioria das explorações agrícolas dos pequenos produtores em África, como, por exemplo, a integração parcial do mercado, as estratégias de diversificação produtiva, a vulnerabilidade face aos choques ecológicos e de mercado, bem como a necessidade de estratégias políticas, que respondam a essas realidades.

Os CCA, lançados nos últimos anos na África, são vistos como iniciativas para aumentar a produção agrícola. São apresentados como mecanismos vocacionados a promover

cadeias de valor produtivas e como meios para se alcançar a Revolução Verde Africana. Como modelos de desenvolvimento agrícola, os corredores também podem ser analisados no contexto da mudança de discursos políticos internacionais, nos quais as Parcerias Público-Privadas (PPP) para o desenvolvimento têm conquistado, atualmente, uma influência considerável, no processo de desenvolvimento, destaca Kaarhus (2011).

As abordagens espaciais que esses corredores refletem estão articuladas com a iniciativa *Grow Africa*, lançada em 2011, pela UA, NEPAD, Programa Compreensivo para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP) e (AGRA), Fórum Econômico Mundial, G8 (NAFSN) e G20, como plataforma para promover PPP e/ou triangulares entre África, parceiros relacionados e setor privado. Por meio dessa iniciativa, a atração de investimentos deve estar alinhada com os planos nacionais de investimento na agricultura e promover cadeias de valor agrícolas específicas no continente, em Moçambique, por exemplo, por meio do PEDSA e do Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário (PNISA). O papel da iniciativa, entre outras questões, é ligar empresas transnacionais agrícolas sediadas em África com empresas nacionais, numa perspectiva de adquirir produtos localmente dos pequenos e médios produtores (Byiers; Molina; Engel, 2016; Fink, 2014; Kato, 2019; Nogales, 2014; Mosca, 2015; Obenland, 2014; Paul; Steinbrecher, 2013).

Porém, para Chome *et al.* (2020), a discussão sobre os CCA centra-se no potencial de desenvolvimento econômico e nos desafios da implementação dos mesmos, nos quais o fluxo de investimento estrangeiro é fator determinante no investimento em infraestruturas. Para esses autores, o desenvolvimento dos corredores com esforços de planejamento e integração regional é apresentado como encorajador do investimento em infraestruturas minerais e agrícolas. Por outras palavras, ligar o desenvolvimento de infraestruturas de transporte à agricultura e à exploração mineira significa que os principais estrangulamentos dos países sem litoral podem ser desbloqueados, além dos potenciais de crescimento reforçados com a redução da pobreza em longo prazo.

Aliados à implementação dos corredores, estão os discursos dos governos anfitriões, juntamente com o Banco Mundial (BM) e a FAO, que sublinham, constantemente, que querem ajudar os pequenos produtores em questões de acesso ao crédito, aos insumos agrícolas e de proteção dos direitos da terra, bem como falam de grandes benefícios para eles e para as comunidades locais. Mas os investimentos em infraestrutura dos corredores sugerem que a produção é mais suscetível de concentrar-se em produtos para mercados internacionais, em vez de ajudar as comunidades locais a praticar uma agricultura, que possa garantir a soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional local. Aqui, os pequenos produtores

são colocados como subcontratados, em vez de fornecedores independentes de alimentos (Paul; Steinbrecher, 2013).

Gonçalves (2020) aponta que estudos recentes sobre CCA destacam a natureza contenciosa, confusa e errática dos corredores. Para esse autor, a análise do planejamento, a implementação e os efeitos dos CCA sugerem gerar interesses sobre a terra e potenciais impactos ambientais, configurando dinâmicas de poder entre o capital internacional, as elites políticas e econômicas nacionais, as elites locais/rurais, os burocratas e os pequenos proprietários. Nesse sentido, Enns (2018), ao abordar a agenda dos corredores em África, reforça a ideia de tensões e inconsistências na narrativa de que eles são vantajosos para todos. Chama atenção para diversos impactos inesperados e, por vezes, adversos, do desenvolvimento dos corredores em diferentes segmentos da população. Isso na medida em que, para esse autor, uma análise geográfica dos corredores aponta que a reorganização espacial que acompanha o desenvolvimento dos corredores permite que certos fluxos de capital, mercadorias e pessoas se movimentem mais facilmente por meio do espaço, mas introduz novas formas de exclusão e fraca mobilidade espacial para outros.

Idealizados como indutores econômico, motores da modernidade em lugares considerados remotos e atrasados, os CCA são igualmente lugares de potencial acumulação, de alianças entre elites domésticas (nacionais e locais) com o capital privado nacional e internacional, de intervenção de instituições financeiras e “doadores” internacionais. Os projetos que orientam a criação dos corredores são, frequentemente, concebidos para fornecer mais do que um tipo de infraestrutura, bem como para alimentar mais de um setor. Isso porque não é fácil convencer os investidores a financiarem infraestruturas puramente para alimentar o setor agrícola, devido aos riscos envolvidos. Assim, em muitos corredores, a extração mineral e o desenvolvimento agrícola tornam-se ligados e como parte do desenvolvimento dos corredores, principalmente na era de boom de recursos minerais e cultivo de commodities agrícolas (Chome *et al.*, 2020).

Nesse sentido, 28 empresas multinacionais e agroindustriais globais, de várias áreas e interesses, junto com o FEM, adotaram, em 2011, a Nova Visão para Agricultura/ *New Vision for Agriculture* (NVA), que se enquadra na iniciativa *Grow Africa* (Nogales, 2014; Paul; Steinbrecher, 2013). Essas empresas são tidas como parceiras na implementação dos corredores no continente, principalmente, pelo fato dos países africanos apresentarem pouco orçamento público para dar conta de reabilitar e/ou construir os corredores e, conseqüentemente, recebem muita atenção e investimentos financeiros expressivos, com a justificativa de transformar regiões supostamente “atrasadas”. A presença dessas empresas dá

a dimensão transnacional e globalizada dos processos transformativos, os quais ocorrem nos corredores africanos, no geral, e no setor agrícola, em particular.

Essas empresas representam toda a cadeia de abastecimento de mercados globalizados, desde sementes, fertilizantes, insumos químicos, produção, transformação, processamento, transporte e comércio até supermercados. Esse universo de empresas evidencia que os principais grupos industriais do setor de alimentos e agronegócios do mundo estão cada vez mais interessados no continente africano.

Essa rede de empresas é composta por gigantes dos setores dos quais elas operam individualmente, representando o interesse do capital internacional no continente africano, especificamente de seus recursos e das potenciais facilidades de alcançar um mercado diverso e globalizado pelos corredores. Ou seja, o investimento que essas empresas aplicam levará à melhoria das condições de vida da população nas quais os empreendimentos estão a tomar lugar ou seguirá uma lógica capitalista, que pretende lucro e ganhos econômicos para essas empresas – todos ganham, ou uns ganham e outros perdem? Algo que se deve explorar mais, uma vez que, para Mosca (2015) e Nogales (2014), o envolvimento dos governos locais e das comunidades no desenvolvimento e nos planos de exploração dos corredores tem sido insuficiente, refletindo mais para os processos de priorização de megaprojetos agrícolas, em detrimento do mercado interno, da segurança alimentar e da soberania alimentar e nutricional, bem como da inclusão social.

Com essas empresas, mais de 40 corredores estão despontando e ocupando milhões de hectares de terras na África Subsaariana, divididos em três regiões, nomeadamente, África Austral, África Oriental e África Ocidental e Central. O que se destaca é que para atrair investimentos para extração mineral, infraestruturas físicas e comercialização agrícola, políticos e burocratas apresentam a região como abundante em terras e recursos e, ao mesmo tempo, atrasada, subexplorada e “vazia”. Esses corredores tornam a África Subsaariana um laboratório para iniciativas que pretendem associar os objetivos agrícolas às infraestruturas de transporte, mineração e energia em regiões com investimentos em ascensão. Enquanto os pequenos produtores são considerados os principais beneficiários, essas iniciativas têm sido, desde o início, impulsionadas do topo para baixo por meio da visão e necessidades globais do agronegócio, por exemplo, da *Yara International*, apontada acima. Aqui, o discurso de existência de terras subexploradas e/ou “vazias” é recorrente. Assim, esses corredores projetam facilitar uma integração da agricultura ao capital global, o que pode significar dar controle a esse capital, fazendo com que os pequenos produtores corram o risco de renunciar à sua autonomia, ao direito à terra e a outros recursos vitais. Esse controle pode

tornar o setor agrícola como uma atividade empresarial e não uma atividade de desenvolvimento (Bergius, 2016; Paul e Steinbrecher, 2013; Kaarhus, 2018; Stein e Kalina, 2019).

Os corredores de desenvolvimento e transformação em Moçambique

Moçambique dispõe de uma localização geopolítica e geoestratégica privilegiada, a qual se associam os corredores e suas infraestruturas. Uma leitura baseada na história do país revela que esse aspecto é muito antigo. Por exemplo, no século XVI, os portugueses estabeleceram relações comerciais com Império *Monomotapa* (1325-1700), nas quais o fator localização foi decisivo, pois era escala no comércio com a Índia e possibilitava distintas rotas comerciais (Kato, 2019). No período colonial, os portugueses fixaram as rotas comerciais, como corredores que ligavam as colônias britânicas do *hinterland* com o Oceano Índico. Um fato histórico relacionado com a intenção portuguesa de fomentar corredores é a sua tentativa frustrada de estabelecer ligação entre as então colônias de Moçambique (Oceano Índico) e Angola (Oceano Atlântico), por meio de um corredor interior, designado Projeto Mapa-corde-rosa, passando pela Zâmbia, Zimbábue e Malawi, então colônias britânicas. Essa ambição levou à discussão sobre as possíveis fronteiras entre os dois colonizadores, culminando com um ultimato para que Portugal abandonasse a região disputada, o que frustrou a pretensão portuguesa (Fonseca, 2003; Kaarhus, 2018; Stein; Kalina, 2019).

Como apontamos antes, o país tanto identificou como aposta atualmente em seis corredores. Assumimos como os principais os de Maputo, Beira e Nacala, nos quais se encontram os três portos mais importantes. Uma análise dos três corredores mostra uma dinâmica comum aos restantes corredores da África Austral e Oriental, bem como da África Subsaariana, no que diz respeito à presença do capital transnacional e global, principalmente, pela possibilidade de ligação com os mercados regionais e globais.

A análise dos três corredores revela também que, durante quase um século, a infraestrutura de transporte moçambicana foi voltada para o exterior do seu território, por meio da construção dos seus principais portos e ferrovias, com o propósito de exportar e escoar produção do *hinterland*. Segundo Fonseca (2003), a importância estratégica dos três corredores foi colocada em evidência durante a guerra civil. Porém, a atual política dos corredores parece dar continuidade a esse processo de olhar-se para o exterior (Neto, 2016), principalmente porque, desde a independência e o fim da guerra civil, a principal estrada e corredor de transporte, que liga o país do norte ao sul (Estrada Nacional Número 1, N1),

apresenta vários trechos em más condições de transitabilidade de pessoas, mercadorias e bens, o que é, conseqüentemente, um entrave ao desenvolvimento do país.

O Corredor de Nacala despertou, nos últimos anos, atenção na África Oriental e Austral, bem como do ‘mundo’, gerando debate e interesse da sociedade, muito por conta da tentativa de implantação nessa região do Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical no Norte de Moçambique (ProSAVANA). Com o ProSAVANA, projetava-se desenvolver a agricultura praticada ao longo do corredor e promover o avanço da fronteira agrícola. Um dos aspectos que esse programa realçou e que atraiu o interesse da região são as potencialidades da terra agricultável existente, daí a sua comparação ao Cerrado brasileiro.

Para Kato (2019), esse corredor tem revelado ser um caso privilegiado de análise e um importante meio de expansão das fronteiras de acumulação de capital e de expropriação de terras, numa articulação PPP, na qual se reforçam as narrativas de desenvolvimento e de transformação da agricultura tradicional em moderna. Desde o início da sua construção, surgem, ao longo do corredor, dinâmicas de expropriação de terras e de conversão da terra de formas tradicionais de uso para formas mais comerciais. Por ser ativo no planejamento e na operacionalização, é o Estado que define e institucionaliza os arranjos financeiros, que permitem a construção de infraestruturas, definindo o tipo de financiamento e/ou empréstimos, o grau possível de endividamento e como fazer uso dos empréstimos (Chome *et al.*, 2020; Kato, 2019; Nogales, 2014). Para Kalina (2017), do ponto de vista do Estado moçambicano, o agrupamento de megaprojetos como CCA é uma forma de trazer mudanças substanciais à região do Corredor de Nacala, mas os investimentos dentro do corredor são uma forma oportunista de beneficiar da exploração dos recursos minerais e reforçam a percepção do governo sobre o papel de vários atores no processo de desenvolvimento, incluindo o Estado, o setor privado e “doadores”.

Analisando este corredor e a reabilitação de uma das principais estradas que liga as províncias de Niassa e Nampula, a Estrada Nacional número 13 (N13), principal corredor de transporte rodoviário de passageiros, mercadorias e bens entre essas províncias, Kalina (2017) aponta existir uma relação Estado-Cidadão que se caracteriza pela não participação das comunidades e população, hierarquização e paternalismo. Aspectos que servem para afastar os cidadãos das iniciativas nacionais de desenvolvimento e que inibe aos afetados pela implementação do corredor/reabilitação da N13 de contribuírem substancialmente na negociação dos resultados do desenvolvimento local. Além disso, sendo o Corredor de Nacala

a iniciativa de desenvolvimento mais significativa que ocorre na região, ele serve como extensão mais visível do Estado nas vidas das pessoas e comunidades afetadas.

A importância deste corredor faz com que “doadores” como Banco Mundial e o Departamento para o Desenvolvimento Internacional/*Department for International Development* (DfID), do Reino Unido, acreditem que investimentos para reduzir os custos de transporte ao longo do corredor ajudariam e estimulariam maiores volumes de comércio, maior investimento em torno do corredor e maior diversidade econômica, possibilitando a transformação econômica com mais e melhores oportunidades de emprego tanto do lado do Malawi, do lado moçambicano e dos países vizinhos que são alimentados comercialmente pelo corredor (Byiers; Karkare; Miyandazi, 2020).

Bruna (2019) destaca que as alianças estratégicas que se manifestam neste corredor, proporcionam benefícios multilaterais, excluindo principalmente a população e comunidades mais pobres que representam a maior parte da população rural do corredor. Questiona, a autora, se os interesses dessas alianças coincidem com os interesses dos moçambicanos e se os mesmos promovem um desenvolvimento sustentável para a economia de Moçambique e bem-estar de seus habitantes, como supostamente promovem nas economias de origem. Neste sentido, o desenvolvimento rural e agrário coincidirá com o modelo de desenvolvimento desenhado pelo investidor (do topo para base), caracterizado por uma ação capitalista de origem estrangeira destinada a exploração dos recursos e numa aliança com elites políticas locais, enfatiza a autora. Por esta via, como destacam Garcia e Kato (2016), todas as transformações e mudanças que acontecem no corredor anunciam a nova lógica de infraestruturas e dos territórios que passa a estar mais interligados às dinâmicas dos mercados internacionais e aos megaprojetos agrícolas e de exploração de recursos minerais, do que aos ritmos da vida e da produção das comunidades atravessadas pelo corredor.

Embora o corredor se vá consolidar, aparentemente, em torno da extração do carvão, um dos principais motivos para a sua criação é impulsionar o setor agrícola e a agricultura, conectando às cadeias de valor globais. Esses elementos, a extração mineira e o desenvolvimento agrícola, fazem com que o Corredor de Nacala seja o principal e promissor projeto de desenvolvimento no norte do país. No entanto, Kato (2019) resume três momentos que interferem e que se devem ter em conta na leitura das transformações sociais no Corredor de Nacala. **Primeiro:** anos 2000, destacado pelo *boom* de commodities e investimentos estrangeiros, com destaque do investimento brasileiro, principalmente da VALE, e a criação do Fundo Nacala; **Segundo:** 2017, destacando a recuperação do preço do carvão e seus

problemas associados, liberação dos fluxos da economia e impactos em comunidades agrícolas e; **Terceiro**: 2019, manifestações, por parte da VALE de querer deixar as atividades em Moçambique; aos quais acrescentamos um **quarto**: 2020, o fim do ProSavana e lançamento do SUSTENTA que ganhou âmbito nacional, pois antes era implementado, desde 2017, em alguns distritos das províncias de Nampula e Zambézia, que juntas cobriam mais de metade dos distritos nos quais o ProSAVANA seria implementado.

As três províncias que fazem parte do Corredor de Nacala são identificadas como tendo potencial agrícola enorme. Em conjunto, perfazem aproximadamente 10 milhões de habitantes, quase 35% da população total do país. Desses habitantes a província de Niassa concentra 18,5%, Cabo Delgado 23,3% e Nampula 58,2%, por sinal a província mais populosa do corredor e do país. Em relação a incidência da pobreza, as três províncias têm taxas acima da média nacional (46,1%), Cabo Delgado (50%), Nampula (65%) e Niassa (67%). No que diz respeito aos índices de desnutrição crónica e insegurança alimentar também se encontra acima da média nacional (43%), sendo que Niassa possui uma taxa de 43,6%, Nampula 50,1% e Cabo Delgado 51,4%, respetivamente. Estas três províncias estão entre as regiões mais remotas e pobres do país (ADIN, 2021; INE, 2019, 2021; Kalina, 2017).

Garcia e Kato (2014) constataram que ao longo do corredor os camponeses mantêm seus sistemas de produção alimentar de base familiar, camponesa e comunitária, bem como desenvolvem seus modos de vida, cultura e tradições. Ainda sobre a questão socioeconômica, a região apresenta também um cenário de ruas pouco asfaltadas, ausência de saneamento, moradia precária, pobreza, a falta de mercados para a produção local e o elevado custo de vida que denunciam o grau de concentração do crescimento econômico e a distância que esse processo tem de uma marcha efetiva de desenvolvimento econômico e social. O mau estado da rede rodoviária tem tido sérias implicações, particularmente para o setor agrícola, visto que grandes áreas do país, especialmente as zonas produtoras de excedentes alimentares do norte, continuam mal integradas aos mercados nacionais. Consequentemente, ainda é mais barato para o sul, maior consumidor de produtos agrícolas do país, importar alimentos da vizinha África do Sul, enquanto os excedentes alimentares no norte tendem a ser exportados para países vizinhos e/ou para estrangeiro pelo Porto de Nacala (The Economist Intelligence Unit, 2007).

A província de Niassa, dos seis corredores prioritários do país, é atravessada por dois Corredores de Desenvolvimento, designadamente o Corredor Pemba-Lichinga e o Corredor de Nacala. Nestes corredores está patente a ideia de que é preciso desenvolver o país, as regiões e as comunidades. Além das narrativas relacionadas ao desenvolvimento do

agronegócio que pautam a estruturação do Corredor de Nacala, o Conselho de Administração do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) aprovou uma subvenção para a primeira fase de desenvolvimento de uma Zona Especial de Processamento Agroindustrial do Corredor Pemba-Lichinga. Um projeto transformacional, que visa melhorar a produtividade agrícola e desenvolver o agronegócio na província do Niassa. Ademais, esse projeto basear-se-á numa longa lista de intervenções do Banco no norte do país, para o fornecimento de infraestruturas e deseja-se que desbloqueie, a partir desta província, o potencial agrícola do Corredor de Nacala (BAD [...], 2021).

A agricultura é das principais prioridades de desenvolvimento da província de Niassa. Existem mais de 21 milhões de hectares de terra agricultável e com clima favorável à atividade agrícola. A estrutura econômica é essencialmente agrícola, seguida da pesca. O peso da agricultura nessa estrutura é de cerca de 80%, constituindo a principal e maior fonte de emprego e renda familiar, tal qual as restantes províncias do corredor. A agricultura predominante é de subsistência e ocupa 47,1% da população ativa, com uma taxa de ocupação de somente 7,1% da área total da terra arável. Para alimentar o setor agrícola, a província dispõe de 35 sistemas de irrigação, dos quais 26 operacionais, com capacidade de irrigar 1.223 hectares cada (Governo da Província do Niassa, 2017).

Apesar da reconhecida e assumida importância da agricultura na economia da província, não existe uma atração de investimentos para a agricultura comercial e indústria de agro processamento. Contribui para isso a inexistência de mecanismos funcionais de promoção e *marketing* das potencialidades de desenvolvimento da província; insuficiência de armazéns e silos para a conservação de produtos agrícolas; deficientes vias de acesso e de transporte a partir dos locais de produção até aos mercados, bem como grandes distâncias dos principais mercados, especialmente de consumo e da área de comércio; grande parte da população vive da agricultura, mas é apenas de subsistência; baixo aproveitamento do potencial de irrigação existente; falta de disponibilidade atempada e acessibilidade dos insumos necessários para alcançar as metas de produção, entre outros aspetos, destaca Governo da Província do Niassa (2017).

Os desafios que a província do Niassa tem servem como indicador da situação e condição da mesma na “corrida” ao desenvolvimento no corredor. Que não se difere muito do corredor como um todo. No entanto, para o Governo da Província do Niassa (2017) há um certo otimismo por colocar a mesma na rota do desenvolvimento econômico e social, nacional, regional e internacional e, conseqüentemente, contribuir para a melhoria das condições de vida da população de Niassa. Aqui, a integração comercial e física da província

na região norte do país e com os países vizinhos (Malawi e Tanzânia), por meio dos corredores de Nacala e *Mutwara*, são um elemento catalisador do processo de desenvolvimento. Esse aspecto é indicativo que tanto ao nível nacional, como provincial, há certa confiança e entusiasmo no modelo de desenvolvimento que tem os corredores como pilares, cuja implementação é sempre considerada benéfica para as comunidades, mas sem indicação de como os modos de vida locais não serão “anulados” pelo modelo ou como eles são integrados ao modelo.

Corredor de Nacala, vazios, acesso e usos da terra

O Estado moçambicano considera o corredor como uma componente que estimula iniciativas e investimentos, que se manifestam pela construção e/ou apetrechamento de infraestruturas e com as mesmas existe a esperança de que se melhore as condições de vida das comunidades atravessadas pelo corredor. Neste sentido, o corredor passa a ser visto como uma ação do governo que serve “um propósito público” ou um “interesse nacional” de promoção de “desenvolvimento”. No entanto, toda e qualquer nova iniciativa precisará de espaço ou de terra para se materializar, portanto pode ocorrer desapropriação de terras, com nome de “vazias”, alinhada com o propósito econômico amplamente aceito de promoção de “progresso nacional”. Mas, a consequência dessa desapropriação de terras, por exemplo, para ferrovias beneficia ao capital internacional e não as comunidades ao longo do CdN (Levien, 2014, p. 36).

O conceito, a ideia inicial, os objetivos e a narrativa por detrás do CCA de Nacala, por exemplo, a construção e a reconstrução de infraestruturas para atender à agricultura, aposta em comercialização agrícola, tornar a região um celeiro agrícola, comparar a região com potencialidades agrícolas idênticas as do Cerrado brasileiro, discursos sobre a existência de terras “vazias” para a exploração agrícola comercial (Chome *et al.*, 2020; Smalley, 2017) perspetivam transformações para a região. Essas narrativas, conseqüentemente, são justificadas pelo desejo de melhorar as condições de vida dos moçambicanos, em especial dos pequenos produtores, sendo que para tal é preciso engendrar uma transformação na forma de ser e estar desses sujeitos, ou seja, da forma como eles olham e desenvolvem a agricultura, propondo-lhes um novo *habitus*. Mas essa pretensão não resulta de um mecanismo, que dialoga com as formas e as culturas locais, predominantes, de produção.

Esse fato não se dá só pela necessidade da financeirização (investimentos e investidores estrangeiros, agências financiadoras ou “doadoras”) dos CCA, mas também pelo caráter além do nacional/regional dos projetos, pelo desejo de transformar a agricultura da

região do corredor de tradicional em moderna e comercial (agronegócio e suas características), além da questão de apropriação e estrangeirização das terras, justificadas como “vazias” ao longo dos corredores. Ou seja, esses fatores provocam transformações nas dinâmicas sociais existentes, perpetuando a atuação de empresas multinacionais (*tradings*) agrícolas e de mineração e a aquisição de terras, como uma das transformações visíveis (Leite, 2019).

Portanto, esse desejo por investimentos reproduz a ideia que o CdN é um lugar “vazio” (de desenvolvimento), desocupado e à espera do desenvolvimento, perfeito, desse modo, para as aspirações de colonização desse lugar, a despeito dos sujeitos que lá estão e das suas formas próprias de existência no mundo, com agricultura caracterizada pelo pousio – sabedoria tradicional que garante aos produtores um equilíbrio no trabalho da terra. Pois a qualidade da terra e a possibilidade de praticar o pousio reforçam a necessidade das terras consideradas “vazias” e livres, pois é, com elas, via pousio, que se garantem a regeneração e a melhoria da qualidade das terras usadas para o cultivo. Assim, as associações, pelos seus modos tradicionais de cultivo, evitam ter que entrar no ciclo da dependência dos fertilizantes, que não conseguem comprar (Camana; Almeida, 2019; Souza Filho, 2015).

Nesse sentido, é preciso aferir se os efeitos do apoio político (e suas parcerias), na reorientação das atividades agrícolas, ajudam a criar emprego e a mantê-lo, se melhoram as características estruturais da economia rural e se há saída contínua de produtos excedentários para outras regiões, por exemplo. Isso porque, com a implementação de investimentos, o futuro agrícola do corredor pode manifestar-se como um lugar de guerra contra a natureza, que se intensificará pela exigência de se produzir cada vez mais mercadorias e, conseqüentemente, utilizando, cada vez mais, terras consideradas “vazias” (Midmore *et al.*, 2010; Souza Filho, 2015).

De acordo com esse investimento, como parte do capitalismo, a terra tem seu valor, independentemente do uso, mas para que haja uso, ou seja, para produzir mercadorias em forma de commodities. Como a terra não transfere o seu valor para as mercadorias produzidas, ela é a mercadoria em si, com tanto mais valor quanto mais “vazia” estiver. Por isso, os povos rurais, a população que usa a terra, segundo as suas tradições coletivas, a natureza viva, as plantas, os animais e tudo que lá estiver ou no entorno dela são considerados entraves, obstáculos para a sua livre comercialização e/ou implementação de investimentos. Por isso, a importância da produção de discursos sobre os “vazios” para sustentar a implementação dos CCA (Levien, 2014; Souza Filho, 2015).

No processo de produção de “vazios”, Souza Filho (2015) aponta que a cultura proprietária moderna e capitalista, a qual vê lucro em tudo, entende a terra como mercadoria. Assim, para que seja uma mercadoria efetiva deve, então, estar desocupada. Nesse sentido, tudo que torna a terra ocupada é um entrave ao desenvolvimento capitalista, pois, a terra é uma mercadoria em si, com tanto mais valor quanto mais “vazia” estiver. Ou seja, as terras rurais passaram a ser capital, e, como capital, sequer precisam produzir para obter valor, bastando estarem disponíveis para produzir e permitir a entrada de investimentos privados, sendo que ocupadas podem impedir a comercialização da categoria espaço, ficando, dessa forma, desvalorizadas e nada atrativas.

Assim, a terra ganha nova centralidade e passa por processos de resinificação nas estratégias de investimentos de empresas e Estados, adquirindo funções produtiva, ambiental, energética, financeira e especulativa (Kato, 2019). No aspecto especulativo, isso se dá, principalmente, por conta do ProSAVANA, em algum momento, o CdN manifestou um processo ocupação de terras, não pelos produtores locais, na medida “[...] em que os próprios camponeses, antes da implementação do projeto, quando tratassem de expandir as suas áreas já começaram a dizer: ‘não, aqui tem dono, isto tem dono’, aconteceu muito no Corredor de Nacala” (Movimento Social) como um todo. Fato que enfatiza a ideia de que as terras ocupadas pela população local não agregam valor, “[...] porque o que se valoriza é apenas o espaço ‘vazio’ ou passível de esvaziamento” (Souza Filho, 2015, p. 59).

Todavia, o discurso sobre “vazios” é produzido tanto pelo Estado como pelas agências “doadoras” e financiadoras, que têm nos corredores um modelo de desenvolvimento transformativo do meio rural. Nesse sentido, o clamor por investimentos na província do Niassa tende a reforçar esse discurso. Mas enquanto, por um lado, a província continua clamando por investimentos agrícolas, além dos já estabelecidos, por exemplo, a produção de algodão e tabaco, por outro lado, os produtores não apresentam, ainda, dificuldades para obter terra para cultivo, fora a questão do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) da mesma, pois tem “muita terra aí...” (Funcionário Público). No entanto, esse argumento de “*muita terra*” reforça o posicionamento de Camana e Almeida (2019, p. 401, grifo próprio) que, ao refletirem sobre a produção de “vazios” no CdN, como um todo, destacam que o corredor:

Segue sendo apresentado como um espaço a ser necessariamente (re)ocupado [via entrada de investimentos e investidores]. Isso encontra respaldo em dados como os já apresentados (indicadores de pobreza e produtividade, entre outros) e se reforça em falas de dirigentes da região, as quais são reproduzidas nos jornais: ‘Espaço é

o que temos de mais', é o título de uma reportagem publicada em 3 de outubro de 2013, no Jornal Notícias, o maior em circulação em Moçambique, na qual agentes do estado convidam produtores a engajarem-se no [então investimento estrangeiro que era o] ProSAVANA.

Portanto, o discurso de que se tem “muita terra aí...” e o título da reportagem apontado por Camana e Almeida, reforçam o papel do Estado na produção dos “vazios”, pois esse papel “não transparece e nenhuma outra área com tanta clareza quanto no processo de desapropriar meios de produção [a terra, neste caso] de um grupo e de entregá-los a outro” (Levien, 2014, p. 38, grifo próprio). No entanto, é essa terra, como destacado antes, que garante a prática do pousio, ainda, sem conflitos resultantes da inserção do capital estrangeiro. Ou seja, a narrativa e influência sobre os “vazios” e a ausência de investimentos, ainda, não demanda conflitos porque:

Agora, a tendência dos nossos produtores basta ver que a fertilidade do solo está a ficar cansada tem que recorrer outros distritos, outros postos administrativos, não sei quê, mas hoje em dia, lá também estão a subir para cá, daqui vão para lá, então aí há necessidade de nós, aquele pequeno espaço que nós temos, haver uma técnica melhorada para que esses produtores não sejam nômades. Porque acontece que outros, nossos associados têm DUAT, mas como não há insumos, eles optam [por] abandonar, como o outro já produziu 30 sacos de feijão, vou abandonar aqui, vou em... outra... vou...começa já abandonar a sua área vai para outro distrito, enquanto lá vai se aperceber, epah, há muito afluência de outras pessoas que vêm de outro lado, os líderes também lá vão tomar outra medida, então esse é um desafio que nós estamos a ver, que no futuro próximo, nós vamos começar a assistir conflitos entre produtores, por causa do espaço. Queríamos ver se começamos a gerir esse problema agora, para prever o futuro como é que as coisas pode vir a acontecer [...] Sim, tem muita terra para produzir, mas o que estamos a dizer aqui é que os camponeses perseguem as novas terras, aquelas terras que nunca usaram, terras virgens, porque lá não precisam adubo. Ali importante é ter força, produzir, vai sair uma boa coisa (Movimento Social).

Esse argumento de que há “muita” terra para a agricultura e que, aparentemente, é fácil ter acesso a ela, sem conflito e garantindo que as comunidades sigam com os seus sistemas de cultivo tradicionais, na província, é reforçado pelas falas seguintes:

[Depois da estrada passar da machamba³] não foram indenizadas. Para esses que tinham horta lá, já tinham indenização. Ali, só quando saíram dali foram indenizados, depois da indenização não foram dados outra terra que podem capinar aqui, foram procurar sozinhos. Só

³ Termo usado no país para fazer referência a uma unidade de produção, terreno agrícola ou campo de produção independentemente das dimensões cultivadas. Isto é, é parcela ou superfície de terra que é separada por fronteiras naturais (rios) ou artificiais (estradas, caminhos, demarcações com outras machambas) que se destina à produção agrícola (Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2021).

anualmente eles recebem semente para fazer a produção, soja, feijão...
Tem alguns técnicos da João Ferreira que dá sementes... (Associação);

Dentro dessa população... associado nem...sim houve, sim já foram indenizadas. Algumas continuaram na mesma área, outras já procuraram outras áreas. Daí onde foram procurar, sim, eles procuraram uma área boa para agricultura... (Associação);

Estas falas, além de destacarem mecanismos de indenização para *machambas* atravessadas por infraestruturas que suportam o corredor (estrada e caminho-de-ferro), com compensação ou não, deixam claro que, na implementação do corredor, os pequenos produtores, os povos e a população nativa correm riscos de serem deslocados, via de regra, forçosamente, principalmente, quando não têm o DUAT, o qual garante seus direitos, sendo que, poucos incentivos foram oferecidos aos expropriados da terra, ou de parte dela, uma vez que mesmo as áreas para cultivar conseguiram, dada a disponibilidade de terras livres e/ou “vazias” na região (Leite, 2019; Levien, 2014). No entanto, isso serve para reforçar a necessidade de manutenção das terras nessas condições, que só será possível sem a incorporação dos modos de produção capitalista e privilegiando o processo de desenvolvimento dos produtores locais.

Desse modo, a facilidade com que se consegue uma “nova” terra para cultivar em Niassa, contada acima, fortalece a importância da existência e da preservação das terras consideradas “vazias” e/ou livres nesta região do corredor. Isso porque a área cultivada compreende a terra, a qual tem culturas anuais, permanentes, área em pousio parcial e com pastagem cultivada, sem incluir área em pastagem natural e de vegetação original (Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2021). Essa vegetação original garante o acesso às outras fontes de alimentação, bem como o acesso à lenha, ao carvão e outros recursos que a natureza e a biodiversidade do lugar oferecem para a sobrevivência das comunidades. Isto é, existem nas comunidades ao longo do CdN “[...] naturezas, sujeitos e formas de viver e ocupar esse lugar” (Camana; Almeida, 2019, p. 401).

Um dos aspectos a se destacar é o fato de um dos atores-chave na construção do CdN, a VALE, ter visto, igualmente, a possibilidade de colocar uma fábrica de fertilizantes, com o argumento de que beneficiaria, também, aos pequenos produtores e poderia alimentar a demanda por fertilizantes ao longo do corredor (Bruna, 2019), como podemos ver no trecho seguinte:

[...] VALE... que pretendia transformar o Corredor de Nacala como um dos polos de desenvolvimento para a produção de *commodities*. A VALE já estava a ver uma oportunidade, pela experiência que a

VALE tem no Brasil de colocar ali uma fábrica de produção de adubos. Portanto, a construção da linha férrea presumia-se que podia trazer externalidade positiva no sentido de podia facilitar o escoamento da produção, o que não é tão verdade, porque aquela linha férrea foi desenhada com um certo intuito que é escoar carvão de Moatize para lá. Mas como aliciante para as comunidades que deviam ceder as terras é que ‘nós vamos trazer aqui uma fábrica de produção de calcário’, adubos, sei lá o quê, que é para depois dinamizar a produção e através disso “não se preocupam com o fato de vocês serem retirados aqui porque vão ter outros ativos que vai vos permitir... (Movimento Social).

No entanto, a instalação dessa fábrica, como de outras infraestruturas feitas no corredor, requereria espaço, e o mesmo seria conseguido por mecanismos de expropriação, entre os quais o argumento de existência de terras “vazias”, que temos apontado, ao longo do texto, sendo aquelas que desempenham várias funções na agricultura e formas de vida no meio rural, que, com a entrada de investimentos agrícolas, podem ser anuladas, aumentando, conseqüentemente, as condições de pobreza. Igualmente, colocaria em risco a prática de pousio, que é característica da agricultura tradicional, pois os solos ficarão dependentes de insumos em função do uso intensivo, além do fato de isso ser caro para os pequenos produtores.

Mas o Estado, em nome do desenvolvimento e do progresso nacional, usaria dos seus meios para expropriar e ajudar o capital internacional a vencer esse obstáculo no caminho da acumulação e do lucro. Ou seja, o apelo ao interesse público seria usado para convencer a pluralidade e os desapropriados, com a justificativa de que poderiam beneficiar-se, sem esses últimos se darem conta de que, perdendo a terra em troca de compensação, era parte do ativo (a terra) que garante a economia rural local, a qual iria acabando (Leite, 2019; Levien, 2014; Sassen, 2016).

Adicionalmente, no âmbito dos corredores, é preciso questionar como essas infraestruturas beneficiarão os pequenos produtores associados, pois, pela lógica dos CCA, o capital privado é quem deverá disponibilizar e/ou construir, e estes, querendo retorno, terão, como foco, a agricultura de exportação e os lucros daí decorrentes. Ademais, as terras que poderão albergar os empreendimentos poderão ser adquiridas sob o discurso de “vazios”, a partir do qual, conseqüentemente, expropriará terras que permitem a rotação de culturas, pousio, regeneração dos solos das comunidades, em nome do desenvolvimento.

Igualmente, perdem fontes de aquisição de alguns dos materiais usados nas construções das habitações (quer para as paredes e coberturas), celeiros, cercas dos quintais, entre outros artefactos de uso cotidiano que as comunidades e os pequenos agricultores têm

como fonte as florestas, as quais, para o capital, também são consideradas livres e “vazias”. Esse fato somente reforça a importância da existência desse tipo de terras, pois fornecem, ainda, outros alimentos, que podem ser silvestres ou não, de origem animal e vegetal, bem como fontes para iluminação das casas e para o uso na confecção de alimentos, como a lenha e o carvão. Nesse sentido, a terra é a garantia de que as comunidades conseguem aceder a elementos da natureza, que lhes conferem formas de expressar manifestações culturais e de tradição, transmitidas de geração em geração. Assim, a terra “vazia” é, nesse sentido, “[...] vista como a fornecedora da utilidade da vida [nesses lugares]. [Mas] [...] como capital sequer necessita de produzir para ter valor, basta estar disponível para produzir, eis o problema, tudo o que está em cima atrapalha” (Souza Filho, 2015, p. 58, grifo próprio).

Nessa região, assiste-se ao acolhimento de pessoas deslocadas e fugidas da situação de conflito⁴ por meio de disponibilização de terras voltadas ao estabelecimento de centros de acolhimento e terras para que as pessoas deslocadas iniciem atividades agrícolas, o que serve de alerta para reforçar a necessidade de terras livres e “vazias” nas comunidades. Isso na medida em que, além de dar possibilidades de práticas de pousio e aumento das áreas de produção, permite que novos pequenos produtores associados, ou não, encontrem terra disponível para praticar a agricultura sem ter que passar por processos de disputa por terras. Afinal, “[...] a terra sempre foi para todos os povos a fonte da vida, seja para colher os alimentos e de mais necessidades, seja para produzir cada objeto, bem, coisa que tenha valor para a vida diária da comunidade humana” (Souza Filho, 2015, p. 58).

Por isso, é preciso ficar atento às condições sob as quais determinados países podem ser “modernizados” e conquistar setores avançados do capitalismo global, como se orienta a implantação de corredores, sem que ocorra desapropriação por detrás desses esforços, porque “a terra não se esgota, é espaço que preenchido pode ser esvaziado para de novo se preencher e, curiosamente, vale mais quanto mais livre, “vazio”, esteja. Pois bem o terreno, ou espaço “vazio”, tem valor porque nele se pode construir ou plantar” (Souza Filho, 2015, p. 59; Levien, 2014).

Na África, caracterizada por economia rural estacionária, a quantidade de bens de valor possuídos pela maioria dos pequenos produtores é “pouca”, sendo a terra um dos principais bens, ocorrendo usurpação de terras, conjugada com a já falada questão dos

⁴ Na região norte do país, na qual se encontra o Corredor de Desenvolvimento de Nacala, especificamente na Província de Cabo Delgado, ocorrem, desde 2017, ataques armados conotados como terrorismo islâmico, em regiões nas quais a petroleira francesa Total S.A. explora Gás Natural Liquefeito (GNL). Além da suspensão das atividades desta multinacional e de outras entidades que prestavam serviços direta ou indiretamente a ela, fazendo com que se registrasse um deslocamento forçado da população para outras regiões do país, com maior incidência nas províncias nortenhas e vizinhas de Cabo Delgado.

“vazios”. Isso pode provocar o enriquecimento de uns (investidores nacionais e estrangeiros) e o agravamento da situação de pobreza de outros (pequenos produtores), pois os regimes de desapropriação apontados aos CCA necessitam de compelir aqueles que, atualmente, controlam os desejados meios de subsistência, como a terra, a desistirem deles. Ou seja, provoca a polarização entre ricos e pobres como processo de perpetuação de exclusões sociais (Castles, 2020; Bourdieu, 1979; Levien, 2014; Milhorange, 2015; Nijhoff *et al.*, 2014; Karl, 2000).

Considerações finais

Se o estudo das transformações sociais incide sobre os processos de articulação global e sobre a forma como estes interligam determinadas comunidades e sociedades nacionais numa sociedade global incipiente, então, novas abordagens, novos temas e novas hipóteses de investigação serão necessários (Castles, 2002, p. 135).

A escrita deste texto, sob a perspectiva teórica que articula os processos de transformação social, de desenvolvimento rural e agrícola e de implementação dos Corredores de Crescimento Agrário (CCA,) está relacionado com a necessidade de se compreender como estão as condições de produção e de vidas dos pequenos produtores associados na província do Niassa, localizados no Corredor de Nacala (CdN).

Longe de elaborarmos uma análise acabada sobre as narrativas que justifiquem a implementação desses corredores no país, com a pesquisa apresentamos alguns elementos para um entendimento sociológico de uma parte do cotidiano das associações entrevistadas, bem como da relação desses processos com as narrativas acerca dos corredores. Essa narrativa apontada é capaz de transformar a agricultura tradicional em moderna e comercial, para, por conseguinte, melhorar as condições de vida das comunidades.

No entanto, a ideia de transformação do Corredor de Desenvolvimento de Nacala em um CCA não pode ignorar que a transformação do sistema dos modelos culturais e dos valores existentes nessas comunidades, não devendo ser vista como resultado de uma combinação lógica entre os modelos ‘importados’ e os modelos originais/locais, mas, sim, como consequência das transformações sociais e econômicas, que só se realizam pela mediação da experiência e da prática dos diferentes atores e suas visões de mundo em relação ao modelo de desenvolvimento que se pretende implementar (Bourdieu, 1979).

Pois, na realidade, e ao longo do CdN, não há casos de terras não utilizadas ou pouco utilizadas, sendo uma perspectiva definida externamente, na medida em que, nas terras assim consideradas, são fontes de alimentação de origem vegetal e animal, bem como de

fontes de combustível, sendo geridas de forma comunitária, como, por exemplo, as florestas comunitárias. Portanto, é falsa a narrativa construída tanto pelo Estado quanto pelos idealizadores dos CCA que, em Moçambique, existem terras “vazias” prontas para receber investimentos agrícolas, pois as terras estão ocupadas pelos produtores locais em suas formas tradicionais de uso. Assim, pela facilidade local para se obter terras, a qualidade das mesmas e a ausência de conflitos de usurpação de terras devem servir de alerta para garantir o DUAT de terras aos pequenos produtores, caso, no futuro, em função de novos investimentos, esses problemas possam surgir. Isso porque, sem políticas públicas que assegurem a posse e o DUAT das terras, pode acontecer que estas sejam vendidas por vontade própria ou por obrigação, fazendo com as terras, hoje consideradas “vazias”, concentrem-se nas mãos do capital privado nacional e estrangeiro.

Assim, o entendimento que se tem das dinâmicas cotidianas das associações entrevistadas não as faz diferentes das outras associações na província do Niassa, no CdN e no país. Podemos afirmar que existem as transformações sociais por parte do modelo de desenvolvimento orientado nos CCA. Sejam positivas ou negativas, cabem à sociologia e a outras áreas do conhecimento, no quadro das ciências sociais e humanas, acompanhá-las. Esse fato é o que torna a pesquisa particularmente relevante e incompleta, uma vez que novos desenvolvimentos, investimentos e investidores poderão levar a novas transformações e experiências no contexto das narrativas sobre a ideia dos CCA, entre elas a questão dos “vazios”, em relação aos resultados e conclusões aqui apresentados.

Nesse sentido, existe, portanto, a reprodução do discurso de “vazios” ao se apontar a existência de “muita terra”, bem como esta pode servir para investimentos estrangeiros, embora essas terras sejam ocupadas por forma tradicionais/costumeiras pelas comunidades. Assim, seria importante aferir, no futuro, como essa questão dialoga com o fenómeno de expropriação e de usurpação de terras, já que a literatura indica que os CCA e os investimentos que os orientam possibilitam essa situação, de modo a acompanhar tanto os tipos de transformação social e econômica provocados como quem são os beneficiados.

Referências

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO NORTE (ADIN). *Agência de desenvolvimento integrado do Norte, 2021*. Âmbito Geográfico (Cabo-Delgado, Niassa, Nampula). Disponível em: <https://adin.gov.mz/> Acesso em: 10 nov. 2021.

ARAGÃO, Fernanda. *Vozes de Nacala: uma análise sobre as potencialidades e limites da articulação contra o ProSavana*. 2017. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

BERGIUS, Mikael. Expanding the corporate food regime: the Southern Agricultural Growth Corridor of Tanzania. *Journal of Agrarian Change*, v. 10, n. 1, p. 119-129, fev. 2016.

BOURDIEU, Pierre. *O desencantamento do mundo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BRUNA, Natacha. Reflexões sobre o modelo de desenvolvimento rural e cooperação no Corredor de Nacala. *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 37, p. 185-211, 2019.

BYIERS, Bruce; KARKARE, Poorva; MIYANDAZI, Luckystar. A political economy analysis of the Nacala and Beira Corridors. *Discussion Paper*, n. 277, p. 2-44, 2020.

BYIERS, Bruce; MOLINA, Paulina; ENGEL, Paul. *Agricultural Growth Corridors: Mapping potential research gaps on impact, implementation and institutions*. Rome: CGIAR, 2016.

CAMANA, Ângela; ALMEIDA, Jalcione. Da insustentabilidade do desenvolvimento: Os discursos da produção de “vazios” no âmbito de um programa de cooperação internacional. *CIVITAS*, v. 19, n. 12, p. 391-408, 2019.

BAD aprova cerca de 50 milhões de USD para catapultar agro-negócio no Niassa. *CARTA de Moçambique*, Maputo, ano 4, 29 dez. 2021. Economia e Negócios. Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/economia-e-negocios/item/9621-bad-aprova-cerca-de-50-milhoes-de-usd-para-catapultar-agro-negocio-no-niassa> Acesso em: 12 fev. 2022.

CASTLES, Stephen. Estudar as transformações sociais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 40, p. 123-148, 2002.

CHOME, Ngala; GONÇALVES, Euclides; SCOONES, Ian; SULLE, Emmanuel. Demonstration field's, anticipation, and contestation: agrarian change and the political economy of development corridors in Eastern Africa. *Journal of Eastern African Studies*, v. 14, n. 2, p. 291-309, 2020.

ENNS, Charis. Mobilizing research on Africa's development corridors. *Geoforum*, n. 8, p. 105-108, 2018.

FINK, Michael. Constraints and opportunities for horticultural smallholders in the Nacala Corridor in Northern Mozambique. *NADEL*, p. 1-14, mar. 2014.

FONSECA, Madalena P. da. Os corredores de desenvolvimento em Moçambique. *Africana Studia*, n. 6, p. 201-230, 2003.

GARCIA, Ana S.; KATO, Karina Y. M. A história da caça ou do caçador? Reflexões sobre a inserção do Brasil na África. *Tensões mund.*, v. 10, n. 18-19, p. 145-171, 2014.

GARCIA, Ana; KATO, Karina. Políticas públicas e interesses privados: uma análise a partir do Corredor de Nacala em Moçambique. *Caderno CRH*, v. 29, n. 76, p. 69-86, jan./abr. 2016.

GARCIA, Ana; KATO, Karina. A road to development? The Nacala corridor at the intersection between brazilian and global investments. In: SATGAR, Vishwas (ed.). *BRICS and the New American Imperialism: global rivalry and resistance*. Johannesburg: Wits University Press, 2020. p. 105-123.

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 312-342. ISSN: 1808-8031

GONÇALVES, Euclides. Agricultural corridors as “demonstration fields”: infrastructure, fairs and associations along the Beira and Nacala corridors of Mozambique. *Journal of Eastern African Studies*, v. 14, n. 2, p. 354-374, 2020.

GOVERNO DA PROVÍNCIA DO NIASSA. *Plano Estratégico do Niassa 2018-2029 (PEN 2029)*. Lichinga: Governo da Província do Niassa, 2017.

IKEGAMI, Koichi. Corridor Development and Foreign Investment in Agriculture: Implications of the ProSAVANA Programme in Northern Mozambique. In: LAND GRABBING, CONFLICT AND AGRARIAN-ENVIRONMENTAL TRANSFORMATIONS: perspectives from east and southeast asia an international academic conference, 2015, Chiang Mai. *Anais [...]*. Tailândia: Chiang Mai University, 2015. p. 1-18.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). *IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017, Resultados Definitivos*. Maputo: INE/Direcção de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). *Inquérito sobre Orçamento Familiar – IOF 2019/20*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2021.

KAARHUS, Randi. Agricultural Growth Corridors Equals Land-grabbing? Models, Roles and Accountabilities in a Mozambican case. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON GLOBAL LAND GRABBING, Brighton, 6-8 abr. 2011. (Comunicação oral).

KAARHUS, Randi. Land, investments and public private partnerships: what happened to the Beira Agricultural Growth Corridor in Mozambique? *Journal of Modern African Studies*, v. 56, n. 1, p. 87-112, 2018.

KARL, Polanyi. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

KATO, Karina Y. M. Traçando a saída para o desenvolvimento: o caso do Corredor de Nacala em Moçambique. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 27, n. 2, p. 229-254, jun. 2019.

LAURANCE, William; SLOAN, Sean; WENG, Lingfei; SAYER, Jeffrey. Estimating the environmental costs of Africa’s massive “Development Corridors”. *Current Biology*, n. 25, p. 3202-3208, 2015.

LEITE, Sérgio P. Dinâmicas de terras, expansão do agronegócio e financeirização da agricultura: por uma sociologia das transformações agrárias. *ReLaER*, v. 4, n. 7, p. 302-323, jan./jun. 2019.

LEVIEN, Michael. Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. *Sociologia & Antropologia*, v. 4, n. 1, p. 21-53, jun. 2014.

MIDMORE, Peter; PARTRIDGE, Mark; OLFERT, M. Rose; ALI, Kamar. The evaluation of rural development policy: macro and micro perspectives. *EuroChoices*, v. 9, n. 1, p. 24-26, 2010.

MILHORANCE, Carolina. Economias emergentes e instituições nacionais: debate sobre a presença brasileira no Malawi e em Moçambique. *In*: BRITO, Luís de; CASTELBRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador; FRANCISCO, António. *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE, 2015. p. 417-438.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL. *Inquérito Agrário Integrado 2020*. Maputo: Direcção de Planificação e Políticas, 2021.

MOSCA, João. Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas. *In*: MOSCA, João (org.). *Sector familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique*. Maputo: Escolar Editora, 2015. p. 51-98.

NETO, António. *Entre trilhos e rodas: fluidez territorial e os sentidos da circulação de mercadorias em Moçambique*. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

NIJHOFF, Jan; VERÍSSIMO, Patrick; ARLINDO, Pedro; BILA, Aniceto. Desenvolver o setor agrícola. *In*: ROSSI, Doris (org.). *Moçambique em ascensão: construir um novo dia*. Washington, D.C.: Fundo Monetário Internacional, 2014. p. 77-91.

NOGALES, Eva G. *Making Economic Corridors Work for the Agricultural Sector*. Rome: FAO, 2014.

OBENLAND, Wolfgang. Corporate influence through the G8 New Alliance for Food Security and Nutrition in Africa. *Working Paper*, Aachen, p. 4-23, 2014.

PAUL, Helena; STEINBRECHER, Ricarda. African agricultural growth corridors and the New alliance for Food Security and Nutrition. Who benefits, who loses? *Econexus*, p. 1-17, jun. 2013.

SANTOS, Rodrigo S. P. dos. Desenvolvimento econômico e mudança social: a Vale e a mineração na Amazônia Oriental. *Caderno CRH*, v. 29, n. 77, p. 295-312, maio/ago. 2016.

SASSEN, Saskia. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SMALLEY, Rebecca. Agricultural growth corridors on the Eastern Seaboard of Africa: an overview. *Future Agricultures Consortium*, n. 1, p. 3-40, set. 2017.

SOUZA FILHO, Carlos de. Terra mercadoria, terra vazia: povos, natureza e patrimônio cultural. *InSURgência*, v. 1, n. 1, p. 57-71, 2015.

STEIN, Serena; KALINA, Marc. Becoming an agricultural growth corridor: African megaprojects at a situated scale. *Environment and Society*, n. 10, p. 83-100, set. 2019.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. Resources and infrastructure: Transport, communications and the Internet: Country Profile – Mozambique. *Gale Academic*, p. 1-4, mar. 2007.

THE WORLD BANK. *Awakening Africa's sleeping giant: prospects for commercial agriculture in the Guinea savannah zone and beyond*. Washington DC: The International Bank for Reconstruction and Development/World Bank, 2009.

UNIÃO NACIONAL DOS CAMPONESES; GRAIN. *Os usurpadores de terras no Corredor de Nacala: uma nova era de luta contra plantações coloniais no norte de Moçambique*. Barcelona: GRAIN, 2015.